



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n.º 00.394.460/0117-71, com sede na Alameda Santos, n.º 610, Jardim Paulista, São Paulo/SP, neste ato representada pelos Procuradores da Fazenda subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 73/1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”; e

USINCAL USINAGEM E CALDEIRARIA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 04.635.566/0001-21, situada na Rua Antônio Felamingo, 1110, Valinhos/SP, neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominada “Requerente”.

Cada uma das partes também denominada, individualmente, “Parte” e, conjuntamente, “Partes”, têm justo e acertado o disposto a seguir.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação”), com fundamento no art. 171 da Lei n.º 5.172/1966 (Código Tributário Nacional, CTN), na Lei n.º 13.988/2020 e na Portaria PGFN n.º 6.757/2022.

1. DO OBJETO DA TRANSAÇÃO E DO PASSIVO FISCAL

1.1. A presente transação tem por finalidade a regularização fiscal dos débitos da Requerente, a redução de litígios e, mediante concessões mútuas, compatibilizar os interesses das Partes quanto à redução dos riscos e ônus associados ao inadimplemento tributário e à cobrança forçada, promovendo a satisfação do crédito público dentro dos limites da capacidade de pagamento do contribuinte a fim de garantir a sobrevivência da atividade produtiva.

1.2. O passivo fiscal transacionado da Requerente é composto pelos créditos inscritos em Dívida Ativa indicados no Anexo I. A Transação objetiva o equacionamento da totalidade dos débitos inscritos em Dívida Ativa existente na data da assinatura deste acordo (“Dívida Transacionada”).

1.3. Ficam excluídos desta transação individual os débitos de FGTS indicados no Anexo I, pois foram incluídos no Parcelamento Transação n.º. 2022001560, junto à CEF.

1.4. Enquanto vigente a Transação, a Dívida consolidada e transacionada ficará com a exigibilidade suspensa em virtude do parcelamento, nos termos do art. 151, VI, do CTN e conforme previsão do art. 3º, §2º da Lei 13.988/2020.

1.5. Os débitos que estejam “em cobrança” no âmbito da SRFB até a data da assinatura do presente Termo, hoje sob a administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), serão incluídos na conta de transação assim que inscritos em dívida ativa da União.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

1.6. O devedor fica ciente de que os débitos referidos na cláusula 1.5. serão consolidados na mesma conta das inscrições do Anexo I, o que gerará saldo devedor nas parcelas, devendo ser quitado no prazo de 30 (trinta) dias.

1.7. O requerente firma o compromisso de se manter regular com as obrigações tributárias e com o FGTS durante o prazo da transação, devendo regularizar a situação em até 90 (noventa) dias, nos termos do art. 5º, XI, da Portaria PGFN no 6.757/2022, com redação dada pela Portaria PGFN 1.457/2024.

2. DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA

2.1. Considerando a situação econômica da Requerente, aferida a partir da verificação das informações cadastrais patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pela própria devedora ou por terceiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou aos demais órgãos da Administração Pública, bem como a capacidade de pagamento aferida com base em diversas fontes de informação, serão concedidas as seguintes condições para adimplemento da Dívida Transacionada, discriminadas em tabela constante do Anexo II:

2.1.1. Na modalidade DEMAIS, desconto máximo de até 70% (setenta por cento) a cada uma das CDAs, observada a Capacidade de Pagamento da empresa, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos), na forma do Anexo II;

2.1.2. Parcelamento do saldo devido na modalidade DEMAIS em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, conforme Anexo II, todas com vencimento no último dia útil de cada mês, iniciando-se no mês de assinatura deste Termo;

2.1.3. Na modalidade PREV, desconto máximo de até 70% (setenta por cento) a cada uma das CDAs, observada a Capacidade de Pagamento da empresa, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos), na forma do Anexo II;

2.1.4. Parcelamento do saldo devido na modalidade PREV em 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, conforme Anexo II, todas com vencimento no último dia útil de cada mês, iniciando-se no mês de assinatura deste Termo;

2.1.5. Os pagamentos serão efetuados por meio de DARF emitida pela Requerente através da plataforma REGULARIZE.

2.1.6. Mantém-se as garantias dos débitos eventualmente existentes até a quitação integral do saldo devedor do Acordo de Transação.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

2.1.7. O valor de cada amortização mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial e atualizada do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da assinatura do presente Acordo até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

2.2. Eventuais créditos que a Requerente venha a dispor, por precatório, levantamento de depósito judicial ou qualquer outro meio, perante a União, deverão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação. Estes mesmos créditos, quando obtidos perante outros entes federados, poderão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação.

2.3. A formalização da Transação importa em confissão irrevogável e irretratável dos débitos objeto do negócio, nos termos do art. 174, §único, IV, do Código Tributário Nacional (CTN), servindo para suspender e interromper o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do Acordo, a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação seja parcial.

2.4. A Dívida Transacionada somente será extinta quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração desta Transação.

3. DOS LITÍGIOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

3.1. A Requerente reconhece e confessa, de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como sua responsabilidade pelo pagamento dela, confissão essa renovada a cada pagamento periódico, abstendo-se de discuti-las em ação judicial presente ou futura.

3.2. Expressa e irrevogavelmente, a Requerente desiste das impugnações, PRDIs ou dos recursos interpostos, e das ações judiciais que tenha por objeto a Dívida Transacionada e, cumulativamente, renuncia a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundam a discussão judicial, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada, o que deverá ser feito por meio de requerimento de extinção do respectivo expediente e/ou processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

3.3. A desistência e a renúncia de que trata a cláusula anterior não exime a Requerente do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais devidos.

3.4. Em até 60 (sessenta) dias após a assinatura deste termo, as Requerentes deverão peticionar nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para noticiar ao juízo a celebração desta Transação, desistir da impugnação, recurso ou ação e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, confessando a dívida de forma irrevogável e irretratável.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

3.5. Durante o período de vigência desta Transação, a Fazenda Nacional não se oporá à suspensão das execuções fiscais e não serão adotadas outras medidas executivas, além das previstas no presente instrumento.

3.6. Os depósitos judiciais eventualmente vinculados aos débitos e ações judiciais objeto do presente Acordo serão imediatamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda da União, com a devida imputação dos respectivos valores nas CDAs, antes da consolidação da conta de Transação.

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

4.1.1. Presumir a boa-fé das Requerentes em relação às declarações prestadas no momento da formalização da transação;

4.1.2. Notificar as Requerentes sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo para regularização do vício;

4.1.3. Tornar públicas todas as negociações firmadas com as Requerentes, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.

4.1.4. Prestar às requerentes os esclarecimentos que se fizerem necessários no curso da transação;

4.2. A Requerente aceita as condições da transação e assume as seguintes obrigações:

4.2.1. Declarar, sob as penas da lei, que preenchem os requisitos da Lei 13.988/2020 para gozo dos benefícios específicos da presente modalidade de transação;

4.2.2. Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;

4.2.3. Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

4.2.4. Declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;

4.2.5. Declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

- 4.2.6. Declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;
- 4.2.7. Autorizar o acesso da Fazenda Nacional às suas declarações e escritas fiscais;
- 4.2.8. Manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- 4.2.9. Não distribuir dividendos aos acionistas acima do mínimo legal;
- 4.2.10. Regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em Dívida Ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação;
- 4.2.11. Não alienar, no curso da Transação, bens ou direitos próprios que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos neste termo, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional, bem como demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento das obrigações contraídas com a celebração da transação em caso de alienação ou de oneração de bens ou direitos integrantes do respectivo ativo não circulante;
- 4.2.12. Manter-se regular e em dia com as Transações e Parcelamentos em curso, quitando mensalmente as parcelas devidas;
- 4.2.13. Manter, durante 5 anos, os livros e os documentos exigidos pelas normas fiscais.
- 4.2.14. Declarar a inexistência de outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor do contribuinte.

5. HIPÓTESES DE RESCISÃO

5.1. Implicará rescisão da Transação:

- 5.1.1. A permanência de 3 (três) parcelas não quitadas integralmente, consecutivas ou não;
- 5.1.2. A constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

5.1.3. A decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da Requerente;

5.1.4. A concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397/1992;

5.1.5. A declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430/1996;

5.1.6. O descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

5.1.7. O não peticionamento nos prazos previstos, pela Requerente, nos processos administrativos e judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: a) noticiar aos juízos a celebração do acordo de transação individual; b) confessar de forma irrevogável e irretratável os débitos; c) solicitar a transformação em pagamento definitivo dos valores bloqueados e/ou depositados nas ações judiciais objeto do presente acordo;

5.1.8. O descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer cláusula ou condição deste termo de transação, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação.

5.1.9. A constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas no Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive com relação aos documentos contábeis e fiscais;

5.1.10. A constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial da Requerente como forma de fraudar o cumprimento da Transação;

5.1.11. A comprovação de que a Requerente se utiliza de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;

5.1.12. A comprovação de que a Requerente incorreu em fraude à execução, nos termos do art. 185 do CTN, e não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita;

5.2. A rescisão da transação implicará:

5.2.1. A exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com o prosseguimento das execuções fiscais relacionadas aos créditos cuja exigibilidade estava suspensa, inclusive com a possibilidade de prática de atos de constrição e de alienação pelos juízos que as processam, deduzidos os valores pagos, exceto se decretada a falência da Requerente;



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

5.2.2. A execução automática das garantias porventura oferecidas;

5.2.3. A revogação de Certidão de Regularidade Fiscal emitida durante o curso do Acordo;

5.2.4. A formalização de Representação Fiscal para fins penais nas hipóteses legalmente previstas;

5.2.5. A faculdade de a Fazenda Nacional requerer a convolação da Recuperação Judicial em Falência.

5.3. Rescindida a Transação, é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data da rescisão, a formalização de nova transação, em qualquer modalidade, ainda que relativa a débitos distintos, nos termos do art. 77, III, da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

5.4. A Requerente será notificada sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação, por meio eletrônico, através do portal REGULARIZE ou de endereço eletrônico lá cadastrado.

5.5. A Requerente poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar o vício ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos os seus termos durante esse período.

5.5.1. A impugnação deverá ser apresentada pela plataforma REGULARIZE e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos.

5.5.2. Apresentada a impugnação, todas as comunicações posteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE, cabendo à Requerente acompanhar a respectiva tramitação.

5.5.3. A impugnação será apreciada pelo Procurador da Fazenda Nacional da unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.

5.5.4. A Requerente será notificada da decisão por meio da plataforma REGULARIZE, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

5.5.5. O recurso administrativo deverá ser apresentado através da plataforma REGULARIZE e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.

5.5.6. Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado à autoridade superior.

5.5.7. A autoridade competente para o julgamento do recurso será o Procurador-Chefe da Dívida na 3ª Região.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

5.5.8. Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pela Requerente, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irresignação.

5.6. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da Transação, a Requerente deverá cumprir todas as exigências do acordo.

5.7. Julgado procedente o recurso, tornar-se-á sem efeito a circunstância determinante da rescisão da Transação.

5.8. Julgado improcedente o recurso, a Transação será definitivamente rescindida.

7. DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

7.1. A dívida inscrita transacionada não constituirá impedimento à emissão de certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa em favor das Proponentes, desde que considerados cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), enquanto vigente o acordo e o pagamento das parcelas estiver regular.

7.2. Nos termos do art. 156, III, do CTN, os débitos objeto da transação individual somente serão extintos quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração do acordo, inclusive a confirmação do Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa pela autoridade competente.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A celebração do presente acordo de transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelas Requerentes, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

8.2. A celebração desta transação não impede a regular incidência de juros, pelo índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários da União, e demais acréscimos legais sobre os débitos transacionados.

8.3. A Transação foi autorizada na forma prevista nos artigos 60 a 61 da Portaria PGFN nº 6.757/2022 (SEI nº 12971.000117/2024-71) e começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas Partes.

8.4. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo para dirimir questões relativas ao presente termo de Transação.

8.5. Os casos omissos observarão o disposto na Portaria PGFN nº 6.757/2022.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

9. DOS ANEXOS

9.1. São parte integrante da Transação os seguintes Anexos:

Anexo I: Relação das Certidões de Dívida Ativa incluídas na Transação;

Anexo II: Plano de pagamento acordado;

Documento assinado digitalmente
gov.br
BRUNO DA ROCHA BARROS
Data: 04/12/2024 09:02:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Bruno da Rocha Barros
Procurador da Fazenda Nacional

ASSINADO DIGITALMENTE
CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital> **SERPRO**

Cristiano Neuenschwander Lins de Moraes
Procuradora-Regional da Fazenda Nacional
na 3ª Região

MAURICIO ENRIQUE TRONCOSO
CANDIA
Assinado de forma digital por
MAURICIO ENRIQUE TRONCOSO
CANDIA
Dados: 2024.11.27 16:18:07 -03'00'

USINCAL USINAGEM E CALDEIRARIA EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL LTDA.
Requerente

São Paulo, 19 de novembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
ICP Brasil
ANA CAROLINA BARROS VASQUES
Data: 04/12/2024 14:26:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Procuradora-Chefe da Dívida Ativa na 3ª

Região
JOAO GUILHERME DE MOURA
ROCHA PARENTE
MUNIZ: **Assinado de forma digital por JOAO GUILHERME DE MOURA ROCHA PARENTE MUNIZ**
Dados: 2024.12.10 13:41:03 -03'00'

João Guilherme de Moura Rocha
Parente Muniz
Procurador-Regional da Fazenda Nacional na
3ª Região

ANEXO I - CDAs incluídas na Transação



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

Número de Inscrição	Tipo da Situação da Inscrição	Valor Consolidado SEM desconto (R\$)	% Desconto Efetivo	Valor Consolidado COM desconto (R\$)
80 2 16 013779-62	Em cobrança	22.867,00	61,12%	8.891,72
80 6 16 033823-93	Em cobrança	9.266,31	61,12%	3.603,16
476460549	Em cobrança	130.816,80	60,27%	51.975,85
80 2 16 018702-51	Em cobrança	162.314,59	59,04%	66.489,59
80 4 16 006671-20	Em cobrança	76.044,55	58,56%	31.510,53
80 6 16 044199-40	Em cobrança	25.838,06	59,77%	10.394,77
80 6 16 044304-05	Em cobrança	82.543,22	59,06%	33.789,73
80 6 16 044305-96	Em cobrança	235.982,80	58,76%	97.309,48
80 7 16 018802-29	Em cobrança	42.646,36	58,69%	17.616,71
80 2 19 040109-25	Em cobrança	177.301,30	52,00%	85.106,41
80 2 19 040110-69	Em cobrança	6.883,50	51,52%	3.336,83
80 2 19 040202-11	Em cobrança	26.410,86	51,82%	12.725,76
80 3 19 002250-29	Em cobrança	172.220,37	51,90%	82.832,36
80 3 19 002251-00	Em cobrança	43.275,85	51,12%	21.155,36
80 6 19 068534-49	Em cobrança	105.353,44	52,00%	50.567,28
80 6 19 068535-20	Em cobrança	373.868,36	51,89%	179.871,82
80 6 19 068581-65	Em cobrança	83.910,68	51,13%	41.003,94
80 7 19 023753-61	Em cobrança	81.128,43	51,89%	39.031,70
80 7 19 023765-03	Em cobrança	15.348,13	51,17%	7.494,67
80 2 19 101604-45	Em cobrança	377.841,33	51,02%	185.084,21
80 2 19 101605-26	Em cobrança	24.246,33	50,09%	12.100,84
80 3 19 006401-90	Em cobrança	76.299,54	50,53%	37.742,72



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

80 6 19 178076-64	Em cobrança	14.311,86	51,02%	7.010,56
80 6 19 178086-36	Em cobrança	393.329,07	50,84%	193.360,86
80 6 19 178123-15	Em cobrança	227.390,86	51,00%	111.417,16
80 7 19 060558-68	Em cobrança	85.221,18	50,84%	41.894,83
80 5 20 001566-60	Em cobrança	2.733,86	46,47%	1.463,34
80 5 20 001567-40	Em cobrança	12.141,40	46,47%	6.498,85
80 5 20 001568-21	Em cobrança	2.312,62	46,47%	1.237,87
80 5 20 001569-02	Em cobrança	4.625,22	46,47%	2.475,72
80 5 20 001570-46	Em cobrança	3.454,28	46,47%	1.848,96
80 2 20 045533-51	Em cobrança	4.539,18	47,98%	2.361,06
80 2 20 048755-53	Em cobrança	24.032,50	48,57%	12.360,12
80 6 20 098159-57	Em cobrança	5.015,80	47,98%	2.608,98
80 6 20 105522-80	Em cobrança	18.558,20	48,57%	9.544,64
80 2 20 077846-05	Em cobrança	35.370,51	48,11%	18.354,47
80 6 20 162597-03	Em cobrança	24.631,11	48,11%	12.781,58
80 2 21 104909-02	Em cobrança	128.048,82	46,73%	68.214,13
80 2 21 104915-50	Em cobrança	2.379,09	46,74%	1.267,06
80 3 21 006122-20	Em cobrança	51.235,76	46,73%	27.294,30
80 6 21 209838-11	Em cobrança	38.692,33	46,80%	20.584,54
80 6 21 209843-89	Em cobrança	74.684,49	46,73%	39.785,90
80 7 21 056860-51	Em cobrança	8.383,34	46,80%	4.459,99
80 2 22 021085-08	Em cobrança	196.905,66	46,12%	106.093,74
80 3 22 001229-18	Em cobrança	103.687,29	46,05%	55.935,94



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

80 4 22 219644-43	Em cobrança	3.472,51	46,18%	1.868,83
80 4 22 219645-24	Em cobrança	14.642,00	46,18%	7.880,00
80 4 22 219646-05	Em cobrança	1.040,83	46,18%	560,16
80 4 22 219647-96	Em cobrança	416,29	46,18%	224,05
80 4 22 219648-77	Em cobrança	693,85	46,18%	373,43
80 4 22 219649-58	Em cobrança	1.734,72	46,18%	933,60
80 6 22 044289-40	Em cobrança	161.399,82	46,05%	87.074,68
80 6 22 044367-06	Em cobrança	118.246,71	46,12%	63.706,11
80 7 22 012672-93	Em cobrança	34.969,89	46,05%	18.866,16
80 2 23 001324-11	Em cobrança	6.850,63	44,64%	3.792,62
80 2 23 001374-80	Em cobrança	352.911,19	44,92%	194.396,40
80 3 23 000055-57	Em cobrança	164.878,98	45,18%	90.380,62
80 4 23 001872-02	Em cobrança	35.894,50	47,21%	18.947,34
80 4 23 001873-85	Em cobrança	4.322,76	46,97%	2.292,19
80 4 23 002007-48	Em cobrança	19.414,94	47,00%	10.289,34
80 4 23 002008-29	Em cobrança	10.867,53	47,26%	5.731,87
80 4 23 002009-00	Em cobrança	2.680,48	47,72%	1.401,35
80 4 23 002010-43	Em cobrança	2.473,78	47,19%	1.306,35
80 4 23 002011-24	Em cobrança	16.301,60	47,26%	8.597,88
80 4 23 002520-39	Em cobrança	9.766,72	47,77%	5.100,71
80 4 23 002521-10	Em cobrança	110.747,61	47,26%	58.408,22
80 4 23 002522-09	Em cobrança	241.710,19	47,22%	127.577,04
80 6 23 002092-51	Em cobrança	282.362,98	44,86%	155.689,07



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

80 6 23 002234-08	Em cobrança	213.354,37	44,88%	117.591,30
80 7 23 000771-40	Em cobrança	61.178,01	44,86%	33.732,31
80 2 23 061340-09	Em cobrança	113.684,87	61,96%	43.240,44
80 4 23 412081-23	Em cobrança	908,23	38,38%	559,63
80 4 23 412082-04	Em cobrança	363,27	38,38%	223,84
80 4 23 412083-95	Em cobrança	13.118,82	38,39%	8.082,77
80 4 23 412084-76	Em cobrança	605,46	38,38%	373,07
80 4 23 412085-57	Em cobrança	2.922,50	38,38%	1.800,70
80 4 23 412086-38	Em cobrança	5.876,17	38,38%	3.621,04
80 4 23 412087-19	Em cobrança	1.513,77	38,38%	932,72
80 6 23 129696-71	Em cobrança	69.823,32	61,96%	26.557,44
80 2 23 065788-29	Em cobrança	24.541,79	43,89%	13.769,50
80 3 23 003109-45	Em cobrança	59.580,14	61,48%	22.952,54
80 6 23 142706-91	Em cobrança	13.252,55	43,89%	7.435,53
80 2 23 075604-00	Em cobrança	723.758,18	35,10%	469.735,83
80 2 23 075605-83	Em cobrança	6.747,33	33,95%	4.456,79
80 3 23 003930-34	Em cobrança	54.411,87	32,46%	36.747,75
80 4 23 827333-89	Em cobrança	55.002,48	35,98%	35.214,36
80 4 23 827334-60	Em cobrança	122.839,77	35,97%	78.656,23
80 4 23 827335-40	Em cobrança	19.655,18	37,39%	12.307,02
80 4 23 827336-21	Em cobrança	14.746,65	35,89%	9.453,37
80 4 23 827337-02	Em cobrança	1.301,76	36,12%	831,54
80 4 23 827338-93	Em cobrança	5.898,50	35,89%	3.781,30



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

80 4 23 827339-74	Em cobrança	8.847,83	35,89%	5.671,96
80 4 23 827340-08	Em cobrança	3.538,95	35,89%	2.268,74
80 6 23 164998-31	Em cobrança	7.969,58	34,31%	5.235,57
80 6 23 164999-12	Em cobrança	370.061,57	35,30%	239.417,34
80 6 23 165000-07	Em cobrança	503.856,80	40,29%	300.857,86
80 6 23 165001-98	Em cobrança	42.915,98	25,52%	31.963,92
80 7 23 046791-01	Em cobrança	127.962,38	39,76%	77.084,97
80 2 23 085550-10	Em cobrança	103.304,38	49,00%	52.683,12
80 2 23 085551-09	Em cobrança	207.589,27	49,43%	104.984,27
80 2 23 085552-81	Em cobrança	133.246,12	50,99%	65.301,39
80 2 23 085554-43	Em cobrança	378.364,38	42,45%	217.753,09
80 3 23 004553-23	Em cobrança	83.511,41	49,33%	42.313,33
80 3 23 004554-04	Em cobrança	251.879,38	44,42%	140.004,25
80 3 23 004555-95	Em cobrança	27.203,64	50,47%	13.472,76
80 3 23 004556-76	Em cobrança	513.424,09	42,37%	295.886,93
80 4 23 848039-29	Em cobrança	55.300,66	43,81%	31.072,52
80 4 23 848040-62	Em cobrança	10.038,14	43,87%	5.634,09
80 4 23 848041-43	Em cobrança	8.365,07	43,87%	4.695,05
80 4 23 848042-24	Em cobrança	669,14	43,87%	375,59
80 4 23 848043-05	Em cobrança	3.345,99	43,87%	1.878,02
80 4 23 848044-96	Em cobrança	5.019,03	43,87%	2.817,04
80 4 23 848045-77	Em cobrança	2.007,55	43,87%	1.126,80
80 4 23 848056-20	Em cobrança	12.550,76	56,54%	5.454,35



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

80 6 23 190309-07	Em cobrança	65.336,87	49,02%	33.311,88
80 6 23 190310-32	Em cobrança	188.720,04	53,44%	87.863,94
80 6 23 190313-85	Em cobrança	127.980,35	49,16%	65.068,18
80 6 23 190314-66	Em cobrança	393.831,75	51,72%	190.156,58
80 6 23 190316-28	Em cobrança	84.639,61	50,98%	41.487,59
80 6 23 190317-09	Em cobrança	76.366,46	54,48%	34.762,81
80 6 23 190318-90	Em cobrança	249.523,59	42,49%	143.506,68
80 6 23 190319-70	Em cobrança	662.653,56	47,05%	350.866,38
80 7 23 052659-20	Em cobrança	40.149,34	53,43%	18.697,26
80 7 23 052660-64	Em cobrança	83.644,24	51,62%	40.464,36
80 7 23 052661-45	Em cobrança	143.760,90	47,05%	76.119,46
80 2 23 105010-88	Em cobrança	99.716,39	31,98%	67.827,37
127084347	Em cobrança	131.374,51	56,61%	57.008,27
489803342	Em cobrança	25.376,99	59,59%	10.255,81
490417183	Em cobrança	92.064,22	59,52%	37.266,85
145360180	Em cobrança	23.520,49	51,49%	11.408,79
146079680	Em cobrança	164.972,90	51,89%	79.376,44
146079698	Em cobrança	12.459,62	52,18%	5.958,35
147699649	Em cobrança	17.101,46	51,08%	8.365,58
147699657	Em cobrança	79.828,09	51,13%	39.012,76
147910730	Em cobrança	7.492,03	50,91%	3.677,54
147910749	Em cobrança	39.178,36	50,91%	19.231,09
154180238	Em cobrança	67.603,51	50,29%	33.604,92



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

154180246	Em cobrança	254.388,32	50,42%	126.118,32
122627326	Em cobrança	25.256,58	57,90%	10.633,63
130132578	Em cobrança	82.823,78	55,39%	36.948,81
136176968	Em cobrança	86.658,54	53,62%	40.190,44
136744010	Em cobrança	45.671,75	54,45%	20.805,03
194824934	Em cobrança	183.943,01	49,14%	93.548,00
194824942	Em cobrança	241.182,78	48,92%	123.204,93
TOTAL		13.673.391,70		7.198.867,91

CDAs NÃO incluídas na Transação (objeto de transação/parcelamento em vigor)

FGSP202100703	Benefício Fiscal	16.981,38	0,00%	16.981,38
FGSP202100747	Benefício Fiscal	1.240,44	0,00%	1.240,44



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO – PRFN3
EQUIPE REGIONAL DE NEGOCIAÇÕES

CARACTERÍSTICAS	VALOR/PERCENTUAL/CONDIÇÃO
PASSIVO FISCAL CONSOLIDADO	R\$ 13.673.391,70
ENTRADA	Não
GARANTIA	Não
PERCENTUAL DE DESCONTO MÉDIO DEMAIS	46,79%
PERCENTUAL DE DESCONTO MÉDIO PREV	50,03%
SALDO DEVEDOR APÓS DESCONTO	R\$ 7.198.867,91
PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO COM CRÉDITOS DE PF/BCN	Não utilizou
SALDO DEVEDOR REMANESCENTE	R\$ 7.198.867,91
PRAZO PARA PAGAMENTO DEMAIS	120 meses
PRAZO PARA PAGAMENTO PREV	60 meses
VALOR DAS PARCELAS DA CONTA DEMAIS DÉBITOS	R\$ 48.935,17
VALOR DAS PARCELAS DA CONTA DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 21.807,10